



associação portuguesa de
bibliotecários, arquivistas,
profissionais da informação
e documentação



O fundo da Comissão Reguladora do Comércio Local do concelho de Porto de Mós: tratamento, descrição e disponibilização

Fernanda Maria Reis de Sousa^a

aArquivo Municipal de Porto de Mós, Portugal, fernanda.sousa@municipio-portodemos.pt

Resumo

Em 2019, a Câmara Municipal de Porto de Mós adquiriu, com o objetivo de enriquecer o acervo do seu Arquivo Municipal, um conjunto documental que engloba documentação da *Comissão Reguladora do Comércio Local* e da *Intendência Geral dos Abastecimentos* – Delegação de Porto de Mós. Deste conjunto, destacam-se os *Boletins de inscrição para racionamento*, série composta por 4637 documentos, correspondentes às treze freguesias, relativos ao período entre março de 1944 e dezembro de 1948, com destaque para o ano de 1944. A prioridade no que diz respeito ao tratamento e acondicionamento documental não poderia deixar de recair sobre esta unidade documental. Entre 2019 e outubro de 2020 foi desenvolvido um trabalho de limpeza, análise, descrição e disponibilização *online* deste conjunto, através do catálogo em linha do Arquivo Municipal de Porto de Mós. Inerente a este processo foi necessário repensar internamente as capacidades de armazenamento de objetos digitais e equacionar soluções. De outro ponto de vista, foi ponderada a possibilidade de acesso total ou parcial a esta informação, avaliando a sua importância patrimonial em articulação com a salvaguarda dos dados pessoais, tratando-se de um equilíbrio por vezes difícil de alcançar.

Palavras-chave: Racionamento, Porto de Mós, Arquivo, Acesso, Memória

Introdução

A documentação da delegação concelhia da *Comissão Reguladora do Comércio Local* e da *Intendência Geral dos Abastecimentos*, instituição sucedânea da anterior, passou a fazer parte do acervo do Arquivo Municipal de Porto de Mós em janeiro de 2019, decorrente de um processo de aquisição concretizado pelo Município, atendendo ao valor patrimonial do conjunto em causa. O volume mais significativo desta documentação é

composto por *Boletins de inscrição para racionamento*, no âmbito da atividade da *Comissão Reguladora*. O conjunto adquirido integra, igualmente, diversos documentos, como senhas de racionamento de alimentos, alguma correspondência, modelos de formulários, inquéritos, cartas de racionamento de géneros, fichas de consumidor de géneros, documentos de receita e despesa, entre outros, produzidos e recebidos pela delegação concelhia da Intendência Geral dos Abastecimentos.

Face ao projeto, à data, em preparação, de lançamento do catálogo *online* do Arquivo Municipal, foi decidido avançar para o tratamento e disponibilização da série documental mais representativa, composta pelos *Boletins de Racionamento*.

Método

Do conjunto documental que chegou ao Arquivo Municipal recorda-se o característico cheiro a naftalina e os caixotes bem apetrechados das famigeradas bolas brancas!

Impôs-se, como tal, num primeiro momento, a concretização de um trabalho de arejamento e limpeza por processos mecânicos da série documental em causa, com vista ao avanço para a fase seguinte e que se prendeu com a contextualização da origem da informação.

Importava perceber, por um lado, se existiam outros conjuntos documentais similares no país e com a mesma representatividade temporal, por outro, tornava-se fundamental estudá-lo do ponto de vista da sua produção. Para isso, procedeu-se a uma recolha e interpretação de fontes com o objetivo de proceder a um enquadramento legal, no que diz respeito à constituição e competências das entidades responsáveis pela produção desta documentação, indispensável para a definição de um plano de classificação que sustentasse a descrição em base de dados.

Procedendo a um breve enquadramento histórico, importa referir que as Comissões Reguladoras do Comércio Local foram criadas pela Portaria n.º 9.996, de 9 de Janeiro de 1942, para fazer face “às circunstâncias derivadas do estado de guerra”, alusão ao II conflito mundial, devendo funcionar nos concelhos em que for julgado necessário, recebendo o nome do respetivo concelho.

De entre as suas competências destacavam-se a recolha de informação sobre a existência de produtos e sobre as necessidades das populações e a regulação sobre a distribuição e consumo dos mesmos. Neste sentido, cada chefe de família era chamado a preencher um boletim de racionamento com o seu nome, morada e número de pessoas a cargo, declarações que eram confirmadas pelo regedor da freguesia. A análise deste documento determinava a gestão de bens e a respetiva atribuição de senhas para levantamento.

Em 1944, a Portaria n.º 10.697, de 5 de julho vem reconhecer a utilidade destas Comissões no abastecimento público, no entanto prevê a sua substituição por delegações da Intendência Geral dos Abastecimentos, o que veio a acontecer também neste concelho.

Em termos de organização e considerando que o conjunto documental apresentava já comprometida parte a sua ordenação inicial, foi opção organizá-lo cronologicamente e

dentro desta ordenação por ordem alfabética, freguesia a freguesia. As datas extremas da documentação medeiam entre 1944 e 1948, sendo que o ano de 1944 é o que apresenta uma amostra mais significativa de boletins, verificando-se também um número elevado de documentos sem a indicação precisa de data.

A descrição foi o passo seguinte, decidindo-se avançar até ao nível do documento simples, definido que ficou o plano de classificação, organizado hierarquicamente da seguinte forma:

Fundo: Comissão Reguladora do Comércio Local do concelho de Porto de Mós;

Seção: Distribuição e consumo de bens;

Série: Boletins de inscrição para racionamento;

Subsérie: Boletins de inscrição para racionamento da freguesia *x*;

Documento simples: correspondente ao boletim em nome do chefe do agregado familiar.

No total, foram descritos 4637 verbetes, correspondentes às treze freguesias existentes, à data, no concelho.

Resultados e discussão

A transferência de suporte destes documentos, conjuntamente com o arranque da preparação do lançamento do catálogo *online*, levantou questões em relação à capacidade interna de armazenamento de informação em suporte digital.

A incorporação de ficheiros digitais na plataforma de gestão de arquivo gera, automaticamente, imagens derivadas para visualização Web e miniaturas ficando estas alojadas no servidor da Câmara Municipal.

No que diz respeito aos originais, a opção passou por alocá-las na *cloud* da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria que dispõe de infraestruturas Web disponíveis, com espaço afeto a cada um dos Municípios integrantes da Comunidade. Esta foi, aliás, a solução assumida para o todo o processo de incorporação de ficheiros, decorrente do trabalho de transferência de suporte realizado no âmbito da atividade desenvolvida pelo Arquivo Municipal.

Os Boletins de Racionamento são documentos que contêm informação diferenciada na frente e no verso dos mesmos, pelo que foi concretizada a digitalização das duas faces, dando origem a dois ficheiros. No total, correspondente a esta série, foram produzidos 9374 ficheiros.

A fase seguinte passou pela decisão relativamente à comunicabilidade dos dados constantes nestes documentos. Na frente do documento consta a identificação do chefe do agregado familiar (nome), a sua residência e o número de pessoas que tem a cargo. No verso são identificados os membros que compõem o agregado familiar, a idade, e a relação de parentesco que estabelecem entre si. Analisados os diplomas legais relativos a estas matérias, foi tomada a decisão de disponibilizar apenas para consulta remota a frente do documento, atendendo a que estão já decorridos mais de 70 anos da data de produção

do documento.

Conclusões

A série documental *Boletins de Racionamento*, parte integrante do fundo da *Comissão Reguladora do Comércio Local* do concelho de Porto de Mós ficou disponível para consulta no catálogo digital do Arquivo Municipal a partir do dia 29 de outubro de 2020, Dia Nacional da Desburocratização.

A data, escolhida simbolicamente para o lançamento da mesma plataforma, foi pretexto para dar a conhecer este novo instrumento de trabalho, facilitador do acesso à informação, num ano marcado pela pandemia e pela limitação de circulação e de contatos.

Esta série documental é representativa de um período da história contemporânea nacional e, sobretudo, é ilustrativa do *modus* como o concelho de Porto de Mós o viveu. A partir dela, é possível interpretar a comunidade local nas suas diversas facetas: social, atendendo à composição dos agregados familiares; educacional, percebendo o nível e escolaridade dos chefes de família; política, considerando a referência aos regedores de cada freguesia; económica, pela amostra que nos dá dos estabelecimentos comerciais envolvidos no fornecimento dos bens essenciais.

As limitações e as dúvidas inerentes à comunicabilidade da informação da qual os Arquivos Municipais são guardiões não são desconhecidas, nem se colocam apenas agora apenas porque se trabalha na frente da transferência de suporte. Serão agora mais visíveis e andarão associadas a outras necessidades, porventura mais exigentes.

O que importa, no entanto, ressaltar, é o papel contínuo dos Arquivos Municipais enquanto repositórios de memória que se quer viva e cada vez acessível, para que a partir dela se conheçam e interpretem as sociedades.

Esperamos ter contribuído com a disponibilização desta fonte para esse conhecimento.

Referências bibliográficas

Filipe, A. L. J. (2020). *Os Gestores de Informação nos Arquivos municipais entre o rio Mondego e a Área Metropolitana de Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Lisboa.

Tadeu, T. A. (2011). *A Guarda durante a II Guerra Mundial*. Dissertação de Mestrado em História Económica e Social Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

Documentos de Apoio sobre digitalização. <http://colecoes-digitais.wikidot.com/documentos-de-apoio-digitalizacao>

Portaria n.º 9 996/1942 de 9 de janeiro. Diário da República n.º 158/1936 – I Série.

Portaria n.º 32 945/1943 de 2 de agosto. Diário da República n.º 161/1943 – I Série.